

## Brasília-DF

DENISE ROTHENBURG  
deniserothenburg.df@dabr.com.br

## Tem para todos

O PT não vai entrar pesado na história do certificado de vacinação fraudado. Afinal, dizem os petistas, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva foi vítima de processo de busca e apreensão, e terminou preso. Michel Temer idem. Agora, chegou a vez de Bolsonaro. Faz parte, dizem eles.

## Recordar é viver I

Os petistas tiveram seus momentos de ódio mortal ao Supremo Tribunal Federal (STF). Em 2018, o então deputado Wadih Damus, hoje secretário nacional do Consumidor, declarou com todas as letras que era preciso “fechar o Supremo Tribunal Federal”.

## Recordar é viver II

A oposição quer, agora, bater bumbo sobre a frase de Damous à época em que Lula estava preso: “Enquadramos essa turma (do STF) ou essa turma vai enterrar de vez a democracia brasileira”.

## Enquanto isso, no Planalto...

O governo vai liberar todas as emendas acertadas com Arthur Lira (PP-AL) e os deputados de centro durante a votação da PEC da Transição. A ideia é mostrar que Lula cumpre os acordos que fecha.

## ...a frieza impera

Ao mesmo tempo que vai liberar as emendas, o governo já fez chegar aos líderes e integrantes do Congresso que não tem essa de demitir ministro. E quanto mais pressão houver contra qualquer integrante do primeiro escalão, o efeito junto ao presidente da República será pela permanência do alvo da campanha.

## Com poucas saídas, bolsonaristas vão a Pacheco

Se pudessem, os aliados de Jair Bolsonaro colocariam na roda um pedido de impeachment do ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Alexandre de Moraes — sobre quem, nos bastidores, dizem que adota os mesmos métodos que o ex-juiz (e hoje senador) Sergio Moro (União Brasil-PR) usou contra a turma da Lava-Jato. Os bolsonaristas, porém, sabem que o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), não irá por esse caminho, ainda mais depois da operação de busca e apreensão na casa do ex-presidente por causa da fraude no cartão de vacinação. Diante desse fato, a ordem é pedir a Pacheco que faça a intermediação de uma trégua ou, no mínimo, um acordo de cavalheiros entre os Poderes.

A ideia é tentar evitar a prisão de Bolsonaro, que, avaliam seus aliados, não está descartada diante da apreensão do passaporte. Os deputados que o apoiam foram orientados a inundar o Plenário da Câmara e as redes sociais para fazer valer a ideia de que o ex-presidente passa por uma “perseguição” desde que começou a circular pelo país. Dentro do Congresso, porém, houve quem aconselhasse a turma de Bolsonaro a agir com cautela e esperar a tempestade passar.



## CURTIDAS

**Deixa estar.../** O caso do certificado de vacinação fez paralisar os movimentos por uma pauta mais polêmica no Congresso. A ideia é esperar essa poeira baixar.

Vinicius Cardoso/Esp. CB/D.A Press



**... para ver como é que fica/** A avaliação é de que esta semana já foi — sem CPMI dos atos de 8 de janeiro, sem CPI do MST, nem nada. O líder do União Brasil, Elmar Nascimento (BA, foto), por exemplo, aproveitou a tarde para colocar em dia as mensagens de WhatsApp. “O projeto das fake news, de tamanha importância para a sociedade, virou uma guerra de narrativas, infelizmente. Temos de sair disso e construir um diálogo para a apreciação de temas importantes”, diz.

**Era bem assim/** Quando o então presidente-candidato Jair Bolsonaro esteve nos estúdios da *TV Brasília*, para a entrevista à emissora e ao *Correio Braziliense*, em setembro do ano passado, aproveitei para, ao final, convidá-lo a uma nova rodada no segundo turno. Eis que o tenente coronel Mauro Cid grita bem próximo ao âncora do *Jornal Local*, Lucas Móbile: “Não vai ter segundo turno!” Deu no que deu.

## FAKE NEWS

## Contra-ofensiva às big techs

Presidente da Câmara, Arthur Lira, e relator do PL, Orlando Silva, prometem interpelar empresas por pressão “horrível e mentirosa”

» TAÍSA MEDEIROS

Bruno Spada/Câmara dos Deputados



Segundo Lira, administradoras das redes jogaram pesado, inclusive intimidando parlamentares contra o PL

Depois do adiamento da votação do Projeto de Lei 2.630/20, o PL das Fake News, o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), e o relator do texto, Orlando Silva (PCdoB-SP), prometeram uma contra-ofensiva à atuação das big techs. Conforme enfatizaram, houve “jogo sujo”, “mentiras” e até mesmo ameaças a parlamentares por parte das empresas que administram as plataformas.

Lira disse, em entrevista à *Globo News*, ontem, que a pressão feita pelas gestoras das redes sociais sobre os deputados para que barrassem o PL foi “horrível, desumana e mentirosa” — e, segundo ele, a Câmara tomará providências sobre isso. O presidente da Câmara afirmou que recebeu inúmeros relatos, que estão sendo reunidos e serão levados à Justiça para responsabilizar as empresas pelo “ato quase de horror” — como definiu.

“Pedimos para a advocacia da Câmara e para o corpo técnico porque, em detrimento do que politicamente os deputados pensam, as big techs ultrapassaram todos os limites da prudência. Se a gente pudesse comparar, é como se tivessem impedido o funcionamento de um Poder”, frisou Lira.

Ele disse, ainda, que houve distorções por parte das plataformas sobre o PL. “Venderam um tema totalmente desvirtuado, passando que a Câmara estava votando um projeto que censuraria, que amoldaria, que tiraria a liberdade de expressão. A Câmara jamais permitiria isso”, salientou.

O relator Orlando Silva compartilhou da mesma indignação de Lira. Segundo ele, desde a

aprovação da tramitação do projeto de lei em regime de urgência, no dia 25, houve uma mudança de comportamento. O que aconteceu nos últimos dias é muito grave. O Google tem 96% do mercado de busca do Brasil, ou seja, quase todos os brasileiros que vão atrás de uma informação utilizam o Google. Eles usam essa presença no mercado brasileiro para desinformar, para levar as pessoas apenas para conhecer um ponto de vista, o de quem é contrário ao projeto”, acusou.

## Imposição de ideias

O deputado observa que a reação enérgica dos Três Poderes foi uma resposta à “imposição de ideias” feita pelas big techs. Conforme disse, o “jogo sujo” das plataformas é combustível para a luta pela aprovação do PL.

“O Google manipulou a formação da opinião dos parlamentares, por isso a reação enérgica do presidente Arthur Lira. As big techs não podem impor suas ideias, suas vontades, de modo antidemocrático. Estão fazendo jogo sujo e, por isso, vai aumentar a nossa disposição de aprovar regras para o mundo digital”, frisou.

O intuito do projeto de lei é frear a disseminação de informações falsas nas redes sociais,

vetando o uso de robôs ou contas automatizadas que não estejam identificadas como tais. As gestoras das plataformas passam a ser responsabilizadas caso não impeçam o uso desse tipo de perfil e também mantêm no ar discurso de ódio.

O PL, que tramita no Congresso desde 2020 e foi aprovado no Senado, obriga, ainda, que essas empresas tenham representação por pessoa jurídica no Brasil e que sejam responsabilizadas pelos conteúdos de terceiros que tenham sido impulsionados. As regras de moderação das mídias sociais deverão, segundo o projeto de lei, ser transparentes. Além disso, todos os conteúdos jornalísticos utilizados pelos provedores deverão ser remunerados.

## Dino repudia questão ideológica

» VICTOR CORREIA

Em oitava, ontem, na Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados, o ministro da Justiça e Segurança Pública, Flávio Dino, negou que o governo tenha tentado enquadrar empresas administradoras de redes sociais por discordâncias ideológicas em relação ao governo. O repúdio à insinuação veio na resposta ao deputado Deltan Dallagnol (Podemos-PR), quando indagou se a mesma decisão da Secretaria Nacional do Consumidor (Senacon) seria tomada contra empresas que defendem, segundo ele, “pautas progressistas”.

“Nenhuma empresa foi advertida ou punida por posição política. O que está escrito lá é o que está previsto no Código do Consumidor, na parte sobre publicidade. O que determinamos é que eles dissessem que aquilo era publicidade, e exigimos que houvesse a contrapropaganda no mesmo espaço. Não houve nenhum tipo de censura”, afirmou.

Dino defendeu, ainda, que não se pode ter “um faroeste digital”. O ministro rebateu as acusações de que o texto do Projeto de Lei 2.630/20 pode cercear a liberdade de expressão e afirmou que as big techs tentaram censurar o parlamento durante a tentativa de votação.

Já o deputado Evair Vieira de Melo (PP-ES) quis saber sobre as ações do ministério contra empresas de comunicação que emitiram opinião apoiando a aprovação do Projeto das Fake News. “Vários jornais trouxeram editoriais, que é do próprio jornal, favoráveis ao texto do PL. Eles também foram notificados para publicarem o contraditório?”



**O que determinamos é que eles dissessem que aquilo era publicidade, e exigimos que houvesse a contrapropaganda no mesmo espaço. Não houve nenhum tipo de censura”**

**Flávio Dino, ministro da Justiça e Segurança Pública**

Foram notificados como o Google?”, provocou.

Segundo Dino, a determinação da Senacon é para fazer com que as plataformas caracterizem as posições que emitem como publicidade, pois não são veículos de imprensa: “Quem faz editorial é meio de comunicação. Plataforma de tecnologia não faz editorial. É exatamente essa a distinção legal. Porque são leis diferentes. No caso da plataforma, nós temos publicidade cifrada e essa foi a razão da ação do Ministério da Justiça”, explicou.

O ministro atendeu ao convite dos parlamentares da oposição para esclarecer, além das questões relacionadas às plataformas de redes sociais, temas como a suposta relação do PT com o crime organizado, as invasões do Movimento dos Sem Terra (MST) e a política de desarmamento.